CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

"Se manter é o grande problema": Os múltiplos e persistentes desafios da permanência de cotistas na universidade pública

"Staying is the big issue": The multiple and persistent challenges of quota students remaining in public universities

«Mantenerse es el gran problema»: Los múltiples y persistentes desafíos de los estudiantes de cuota para permanecer en la universidad pública

Lúcia Isabel SILVA

luciaisabel@ufpa.br

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA).

Cíntia Valéria Lima dos REIS

cinthyalima1111@yahoo.com.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA).

O artigo pretende aprofundar o debate sobre os desafios da permanência de estudantes cotistas na universidade. Os dados são de um estudo de caso, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte da pesquisa nacional "Avaliação das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros", que envolveu seis universidades públicas federais do Brasil, sob a coordenação do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Lepes/UFRJ. A metodologia envolveu pesquisa documental, entrevistas com gestoras(es) e Rodas de Conversa (RC) com estudantes cotistas dos cursos de Pedagogia, Medicina e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens e com membros de coletivos atuantes na universidade. Este artigo analisa em profundidade os dados das RC com estudantes, com foco específico nos relatos e nas percepções sobre os desafios enfrentados para a permanência no curso. Os resultados revelam que a permanência é atravessada por desafios de natureza e dimensões diversas, como escassez de recursos e obstáculos à inserção efetiva dos "novos" sujeitos nos cursos e na universidade como um todo, pela vivência de reiteradas situações de racismo e de violências cotidianas, pelo epistemicídio, pela invisibilização, pela negação de saberes dos grupos e pela deslegitimação dos seus modos de

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2026.62.1.21180

vida. Como requisito para o enfrentamento dos óbices, o estudo aponta a necessidade de maior institucionalização e consolidação das políticas dentro da universidade e a imprescindibilidade da transformação curricular e de protocolos mais efetivos de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Lei de Cotas; Universidade pública; Permanência estudantil; Racismo; Racismo institucional.

This article aims to deepen the debate on the challenges facing quota students retention at university. The data come from a case study conducted at the Universidade Federal do Pará (UFPA) as part of the national research "Evaluation of affirmative action policies in higher education in Brazil: results and future challenges," which involved six federal public universities in Brazil, coordinated by the Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de (Lepes/UFRJ). The methodology involved documentary research, interviews with administrators, and discussion groups with quota students of the Pedagogy, Medicine, and Integrated Bachelor's Degrees in Science, Mathematics, and Languages programs, as well as with members of collectives that operate at the university. This article analyzes in depth the data from the RC with students, focusing specifically on their reports and perceptions of the challenges faced in remaining their in their courses. The results reveal that student retention is fraught with challenges of varying nature and dimensions, such as a lack of resources, obstacles to the effective integration of "new" students into programs and the university as a whole, repeated experiences of racism and daily violence, epistemicide, the invisibility and denial of group knowledge, and the delegitimization of their ways of life. As a requirement for overcoming these obstacles, the study points the need for greater institutionalization and consolidation of policies within the university and the essential need for curricular transformation and more effective protocols to combat racism.

Keywords: Quota Law; Public university; Student retention; Racism; Institutional racism.

Este artículo busca profundizar en el debate sobre los desafíos que enfrenta el estudiantado de acción afirmativa para permanecer en la universidad. Los datos provienen de un estudio de caso realizado en la Universidade Federal de Pará (UFPA), como parte del proyecto nacional de investigación «Evaluación de políticas de acción afirmativa en la Educación Superior en Brasil: resultados y retos futuros», que invlolucró a seis universidades públicas federales de Brasil, bajo la coordinación del Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Lepes/UFRJ. La metodología incluyó investigación documental, entrevistas con directivos y RC con estudiantes de accíon afirmativa de las carreras de Pedagogía, Medicina y Grado Integrado en Ciencias, Matemáticas y Lenguas, y con miembros de colectivos activos en la universidad. Este artículo analiza en profundidad los datos de los grupos de discusión con los estudiantes, centrándose específicamente en los relatos y las percepciones sobre los desafíos que enfrentan para permanecer en sus carreras. Los resultados revelan que la permanencia se ve afectada por desafíos de diversa naturaleza y dimensión, como la escasez de recursos y los obstáculos para la inserción efectiva de los «nuevos» sujetos en las carreras y en la universidad en su conjunto, por la experiencia de reiteradas situaciones de racismo y violencia cotidiana, el epistemicidio, la invisibilización, la negación de los conocimientos de los grupos y la deslegitimación de sus modos de vida. Como requisito para hacer frente a los obstáculos, el estudio señala la necesidad de una mayor institucionalización y consolidación de las políticas dentro de la universidad y la imprescindibilidad de una transformación curricular y de protocolos más eficaces para combatir el racismo.

Palabras clave: Ley de cuotas; Universidad pública; Permanencia estudiantil; Racismo; Racismo institucional.

Introdução

Após mais de duas décadas de aprovação da Lei 12.711/2012, a difundida Lei de Cotas, as Políticas de Ação Afirmativas (PAA), apesar dos muitos resultados positivos confirmados em pesquisas recentes, ainda estão longe da consolidação de sua expectativa original expressa na justificativa do Projeto de Lei 73/1999, que era, segundo sua autora, a reversão do quadro de declínio em que se encontrava o sistema educacional brasileiro.

Inicialmente, a estratégia defendida de reservar, em cursos de graduação nas instituições públicas federais de educação superior, no mínimo, 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas sofreu muitas alterações até a formulação atual, que inclui, entre seus beneficiários, estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Ainda assim, são apontados múltiplos e persistentes desafios para a permanência desses sujeitos, chamados cotistas, e cuja frase síntese é expressa por um deles: "Se manter é o grande problema".

Apesar das PAA culminarem com a Lei n.º 12.711 de 2012[1], a análise do processo de seu estabelecimento e da definição de seus objetivos como parte integrante do regime jurídico nacional vai além do próprio debate parlamentar e deve ser focada nas iniciativas que antecedem sua propositura, discussão e aprovação no Congresso, espaço que, ainda que com ressalvas, deu eco aos anseios de um expressivo e alijado contingente populacional. Mas a sua consolidação como política de Estado e o alcance efetivo de seus objetivos vão além da sanção da Lei nº 12.711/2012, ou de sua reafirmação pela Lei nº 14.723/2023. Na avaliação do caminho percorrido entre uma e outra, há muitas lições a serem apreendidas, em particular sobre a permanência dos estudantes cotistas nos bancos das universidades.

Como amplamente sabido, as PAA têm sua origem em um aguerrido processo de lutas — protagonizadas pelos movimentos negros disseminados em todo o território brasileiro —, cujo principal objetivo é a democratização do acesso ao Ensino Superior, ultrapassando o modelo excludente que segregou de seu interior a população negra, pobre e periférica. A organização em torno da pauta dos movimentos negros trilhou um longo caminho: das ruas e eventos político-acadêmicos até o Congresso Nacional. Esse processo ganha força no início dos anos 2000, quando os debates acerca das reservas de vagas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras tomaram forma de pressão direta sobre as universidades, à revelia do lento e desinteressado trâmite burocrático percorrido pelo Projeto Lei nº 73/1999.

A partir da tensão social protagonizada pelo Movimento Negro sobre o Estado brasileiro, a iniciativa de implementação de reserva de vagas no Ensino Superior começa a ser assumida por algumas universidades estaduais e depois por universidades federais, seja com base em

[1] A Lei n.º 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012 e que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, foi alterada pela Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

leis aprovadas nas assembleias legislativas locais, que autorizaram a adoção do modelo de reserva de vagas como ações afirmativas para o ingresso da população negra no Ensino Superior, seja por deliberação autônoma dos conselhos superiores das universidades.

Com efeito, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, em 2001, um projeto de lei que garantiu a reserva mínima (cotas) de até 40% para pretos e pardos no preenchimento de vagas nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e na Estadual do Norte Fluminense (UENF). A Lei nº 3.708 foi sancionada no dia 9 de novembro daquele mesmo ano de 2001, pelo então governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (Godoi e Santos, 2021). A Universidade Estadual da Bahia (Uneb) adotou a política de reserva de vagas no ano de 2001, por meio da Deliberação nº 192/2002 do Conselho Universitário. A primeira Instituição de Ensino Superior (IES) Federal a instituir o sistema de cotas para ingresso de estudantes negros e negras foi a Universidade de Brasília (UnB), no segundo semestre de 2004. Nessa esteira, a Universidade Federal do Pará (UFPA) começa a discutir a adoção de cotas em 2002, aprovando-a em 2005.

Mais tarde, a aprovação da Lei 12.711/2012 amplia o escopo das PAA para todas as universidades federais e torna-se um marco na luta pelo direito à educação. Ao ampliar o acesso para diversos grupos e alterar definitivamente o perfil discente e a fisionomia da universidade, viu-se uma profunda transformação na instituição universitária e, por conseguinte, em toda a sociedade (Heringer e Carreira, 2022; Silva e Santos, 2024). Entretanto, essa maior presença de estudantes mais pobres e periféricos, negros, indígenas, quilombolas etc. não se dá sem tensões, o que gera novas demandas e pressões no interior o Ensino Superior público brasileiro.

Assim, este artigo pretende aprofundar o olhar sobre as tensões, as demandas e os desafios enfrentados pelos sujeitos das PAA ao longo do processo de implementação das políticas de cotas, sobretudo os relacionados à permanência na universidade, bem como refletir sobre as exigências apresentadas à instituição de ensino a partir de tal contexto.

Metodologia

As reflexões aqui apresentadas fundamentam-se em dados coletados no estudo de caso "Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: Resultado e Desafios Futuros Estudo de Caso da UFPA" (Silva, 2022), realizado em 2022, na UFPA, como parte da Pesquisa nacional "Avaliação das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros", que envolveu seis universidades públicas federais do Brasil, sob a coordenação do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lepes/UFRJ).

A metodologia empregada incluiu pesquisa documental, entrevistas com gestores(as) e Rodas de Conversa (RC) com estudantes cotistas dos cursos de Pedagogia, Medicina e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens. Também participaram membros de coletivos estudantis atuantes na universidade, como os movimentos de estudantes indígenas, quilombolas e negros, bem como os movimentos de juventude que atuam politicamente, de forma partidária ou independente.

Os sujeitos e sujeitas que participaram das Rodas de Conversa eram majoritariamente estudantes ingressos pelas políticas de cotas, provenientes de diferentes contextos socioculturais e regiões do estado do Pará. Participaram estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, cujas trajetórias foram

marcadas pela vivência em escolas públicas e pelo enfrentamento das desigualdades sociais e raciais historicamente estruturais. Em termos de gênero, predominavam mulheres jovens, embora também houvesse a presença de homens e de pessoas com identidades de gênero diversas. Muitos participantes mantinham vínculo com coletivos estudantis e grupos de luta por direitos, o que conferiu às discussões uma dimensão política e reflexiva sobre o lugar do estudante cotista na universidade pública. Essa diversidade de perfis permitiu compreender de modo mais amplo as experiências, percepções e estratégias de permanência construídas no interior da universidade.

Para a coleta dos dados, realizaram-se quatro Rodas de Conversa baseadas em um roteiro preestabelecido com os(as) estudantes. Um bloco de notícias foi utilizado como estímulo do diálogo, com foco específico nos relatos, nas percepções sobre as PAA e nos desafios de permanência e de conclusão do curso.

A Roda de Conversa iniciou-se com a apresentação de cada participante e, em seguida, foram apresentadas manchetes que compuseram uma linha do tempo referente à Lei n.º 12.711/2012, a saber:

a) **"STF decide, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas raciais"** (G1, 2012);

b) **"Sistema de cotas não prejudicará qualidade do ensino"** (Correio Braziliense, 2012); e

c) **"Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'"** (G1, 2018).

Após essa introdução, foram feitas perguntas com o intuito de provocar o debate, tais como: *Na vivência universitária, onde se localizam práticas classistas, racistas, misóginas, homofóbicas e outras violências? Como o coletivo tem atuado diante dessas questões? As discussões sobre políticas de cotas e permanência são tematizadas pelo coletivo?*

A partir das manchetes e das perguntas propostas, os estudantes passaram a relatar e refletir sobre suas vivências na universidade, compartilhando percepções acerca das políticas de ação afirmativa e das condições de permanência.

Análise e discussão dos resultados

Na esteira das lutas para a democratização do acesso ao Ensino Superior, a UFPA iniciou a discussão sobre as PAA em 2002, impulsionada por ações do Movimento Negro, dos docentes e dos militantes do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)[2], que encaminhou à Reitoria da Universidade a primeira proposta para a adoção de política de cotas. A proposta foi então remetida à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), que instituiu o Grupo de Trabalho de Políticas de Acesso à Universidade, com o objetivo de elaborar um projeto de ação afirmativa na UFPA articulado com representantes do Movimento Negro, estudantes e professores. Foram alguns anos de muitos debates até que, em 2005, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) aprovasse a proposta de política de cotas na UFPA, em um formato diferente do originalmente proposto pelo Movimento

[2] O Cedenpa é a primeira entidade criada e fundada por negros em Belém, sem fins lucrativos ou vínculo partidário.

Negro, adotando o critério de 50% de suas vagas para alunos de escolas públicas.

No entanto, os debates da aprovação das PAA na UFPA foram atravessados pelo racismo institucional, que continua a impregnar os processos de implementação dessa política, revelando-se nas diversas formas de violências cotidianas que esses sujeitos vivenciam no espaço acadêmico, como a escassez nos recursos para a permanência, o racismo velado, o epistemicídio, entre outros (Silva, 2022).

Hoje, dentro da porcentagem estabelecida, a política na universidade abarca oito subcotas, dentre essas a "cota escola/PPI" para candidatos(as) que cursaram o ensino médio ou equivalente integralmente em escola pública e se autodeclaram pessoas negras (de cor preta ou parda) ou indígenas. Para o Processo Seletivo de 2025, houve alterações das cotas, de acordo com a ampliação pela Lei de n.º 14.723/2023, com a reserva de uma vaga para indígena e outra para quilombola, para além do Processo Seletivo Especial, como se observa no edital:

> *4.4.4 O(A) candidato(a) que desejar concorrer também às vagas referidas no subitem 4.3, decorrentes da aplicação das Leis No 12.711/2012, alterada pela Lei Nº 14.723/2023 e Lei Nº 13.409/2016, de que trata este Edital, deverá assinalar a sua condição no ato da inscrição. 4.5 As vagas de cotas raciais são reservadas e destinadas a pessoas negras de cor preta ou pessoas negras de cor parda ou pessoas indígenas (cota PPI) ou pessoas quilombolas, devendo o(a) candidato(a) classificado(a) em cota étnico-racial comprovar sua autodeclaração perante Banca de 8 9 Heteroidentificação ou Banca de Verificação da Declaração de Pertencimento, criada para esse fim, nos termos do item 11 do presente Edital (UFPA, 2024, p. 8).*

Passada mais de uma década de efetiva implementação das PAA, pode-se afirmar seu êxito na mudança do perfil discente, tanto em termos do ingresso de estudantes mais pobres, com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo, que representam 85% do total dos estudantes da UFPA, quanto em termos de cor/raça, com estudantes negros e indígenas atingindo 78,4% do corpo discente, enquanto os brancos somam 18,0%, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) de 2019. Esses dados denotam maior democratização do acesso ao Ensino Superior.

É nesse contexto que as PAA, apesar de minimamente estabelecidas, têm a permanência como seu próximo passo fundamental a ser dado. Esse desafio, que transcende a própria política de cotas, é crucial para fortalecer a presença de alunos negros, indígenas e quilombolas na universidade e para assegurar uma permanência com qualidade.

A permanência como um desafio

De acordo com Santos (2009), o objetivo das ações afirmativas deveria ser mais do que inserir, de forma imediata, pessoas negras nas universidades. Com base nisso, dever-se-ia ampliar o objetivo na direção da *permanência*. Esse desafio consiste em direcionar as políticas ao grupo de ingressantes, em geral oriundos de famílias menos abastadas, composto em sua maioria por pessoas negras, que veem a universidade como uma grande conquista, já que, no seu imaginário (e do meio social do qual provêm), ela estava ausente ou pouco provável.

Para os membros das famílias mais abastadas, ingressar na universidade pode representar somente mais uma etapa da vida escolar, entendendo o curso superior como algo provável e natural. Por sua vez, para os membros das famílias mais pobres, a entrada e a permanência em uma

instituição de Ensino Superior têm pelo menos dois sentidos: o individual, uma vez que, para o estudante, tornar-se universitário significa a possibilidade de ascensão individual, com a expectativa de melhores condições de vida; e o coletivo, de mudanças no seu contexto familiar ou da comunidade na qual está inserido. Sendo assim, o objetivo final da permanência pode ser único para esses dois grupos: concluir o curso, mudar de vida e ter um futuro melhor. Para os movimentos sociais, a permanência tem ainda um terceiro sentido, que é o de provocar mudanças profundas na instituição universitária e na garantia do direito à educação para grupos antes excluídos.

Para Santos (2009), uma permanência com qualidade deve levar em consideração três categorias: a) a permanência enquanto duração do estudante no tempo do curso; b) a simultaneidade na permanência, que se refere ao papel que esses jovens passam a desempenhar enquanto referência para outros jovens; e c) a sucessão ou pós-permanência, relativa à possibilidade de permanência em outros graus acadêmicos.

Ainda na esteira desse pensamento, Santos (2009) aponta as diferenças entre condições de permanência material e condições de permanência simbólica desses estudantes no Ensino Superior. De acordo com a autora, dois elementos são determinantes para a continuidade de estudantes negros na universidade. O primeiro refere-se às condições financeiras, uma vez que, mesmo em instituições públicas, há custos relacionados ao transporte, à alimentação, ao material didático, entre outros (Santos, 2009). O segundo elemento diz respeito à permanência simbólica, isto é, aos conflitos e às tensões advindos da presença de estudantes negros em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas e edificados a partir de seus valores (Santos, 2009). Heringer (2022) aprimora essa percepção apresentando um panorama da expansão do Ensino Superior no Brasil após a implementação das cotas, com a consequente diversificação social e racial do público das universidades. A autora, então, discute como essa expansão impõe novos desafios para as instituições, como a necessidade de ampliar a noção de permanência para além dos mecanismos de compensação para estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis. Trata-se, então, de assumir uma concepção ampla de permanência que englobe, além da garantia dos recursos financeiros, imprescindíveis para que estudantes se mantenham nos cursos, outras dimensões institucionais, acadêmicas, culturais e socioafetivas dos(as) estudantes, garantindo, assim, uma inserção qualificada, plena e feliz dentro da universidade.

Travessias pelas permanências material e simbólica: entre obstáculos e resistências

No geral, um balanço da política de ações afirmativas pode ser formulado tendo como referência o "*paradigma da travessia*" proposto por Bidima (1995). A perspectiva adotada na *travessia* se dá em caminhar, em persistir na caminhada, em defender a liberdade de caminhar, apesar das dificuldades. Assim, a travessia não é o início nem o fim, é o caminho. A travessia é indicadora de vários caminhos, articulando o que está demarcado entre o "ainda não" e o "nunca mais".

Sob esse ponto de vista, na política de ações afirmativas, o "ainda não" é entendido como as insuficiências da política, notadamente na ausência de medidas mais incisivas, garantidoras da permanência material e simbólica de estudantes negras e negros nos bancos das universidades públicas; e o "nunca mais" é entendido

como a permanência e a persistência das ações afirmativas nas ações políticas e orçamentárias do Estado, apesar de suas insuficiências. Isso significa o não retorno da educação superior da juventude negra ao estágio anterior às políticas de cotas.

Nesse caso, o que se situa entre o "nunca mais" e o "ainda não" é a travessia: o caminho suficiente já feito pela permanência das ações afirmativas rumo à superação das insuficiências das condições materiais e das representações simbólicas para a permanência dos(as) estudantes negros(as), indígenas, quilombolas e com deficiência. Se a conquista e a permanência das ações afirmativas foram o estímulo e, ao mesmo tempo, o resultado da luta das várias gerações em um passado recente, a superação das insuficiências das condições materiais e dos arranjos institucionais e simbólicos é desafiadora para a geração atual, sujeitos desta pesquisa.

O que se estabelece entre o "ainda não" e o "nunca mais" é o campo da travessia, espaço-tempo de criação de novos sentidos de ser, existir e permanecer. Nessa travessia, a permanência não se reduz à presença física na instituição, mas envolve o rearranjo simbólico e subjetivo que permite aos estudantes afirmarem-se como sujeitos de direito e de conhecimento. É nesse deslocamento que se constroem novas narrativas sobre o que é ser estudante universitário negro, indígena, quilombola ou com deficiência, transformando o espaço acadêmico e, ao mesmo tempo, sendo transformado por ele.

Assim, a travessia é o movimento ético, político e existencial que possibilita que a permanência se torne experiência de enraizamento e de produção de sentido, e não mera resistência. Ela expressa a potência de continuar caminhando, mesmo quando os caminhos ainda não estão plenamente abertos, de habitar o "entre" como lugar de construção coletiva e emancipatória da presença negra, indígena e diversa na universidade pública.

Nessa perspectiva, compreender a permanência à luz do paradigma da travessia (Bidima, 1995) implica reconhecer a universidade como espaço de deslocamentos e de criações, no qual estudantes beneficiários das ações afirmativas produzem novos sentidos de ser e permanecer. Sendo assim, a travessia configura-se como movimento ético e criador, um devir (Mbembe, 2017) que desestabiliza fronteiras simbólicas e institucionais, permitindo a afirmação de sujeitos historicamente marginalizados como produtores de conhecimento. Trata-se também de uma reexistência corpórea (Fanon, 2008), que reinscreve os corpos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência como presenças legítimas no espaço acadêmico. Assim, entre o "ainda não" e o "nunca mais", a travessia expressa um movimento contínuo de reconfiguração do ser universitário, afirmando a permanência como experiência de criação e emancipação.

De acordo com todos os participantes da pesquisa, estudantes e gestores, a limitação de recursos constitui o maior desafio para a permanência na universidade e a finalização bem-sucedida dos cursos. Como já referido, a permanência material envolve a produção da vida material, como dinheiro para transporte, alimentação, materiais para estudo, acesso à internet para ver editais de bolsa permanência etc., o que aparece destacado nas falas dos estudantes:

> *Foi um sonho, se não fossem as cotas, eu não teria conseguido entrar. Ações afirmativas são importantes, as pessoas da periferia não acessam a universidade de outra forma, mas quando a gente entra, se manter é um problema. Estudante quilombola, sem casa, sem bolsa, sem internet. Não tem energia no quilombo (RC estudantes Pedagogia).*

> *Pensando de forma mais estruturante na história da universidade, ela foi feita pras elites, com esse recente ingresso, ainda reproduz muitos desses desafios. Sou estudante cotista e trabalhador, trabalho à noite [...]. No curso de Ciências Sociais, por conta da cobrança excessiva, o curso é pensado pra quem não tem dificuldade pra se sustentar, eu saio cedo e chego em casa quase meia-noite, cansado (RC Coletivos).*

Sob essa ótica, as narrativas falam do sonho que a entrada na universidade pública representa para jovens negros e negras das periferias, mas também são porta-vozes dos grandes desafios enfrentados, destacando-se a dificuldade financeira. Para grande parte desses estudantes, é preciso trabalhar para se manter no curso. No entanto, os rendimentos obtidos, além de insuficientes para um estudo tranquilo, os consomem fisicamente. Essa realidade converge com a ideia de Santos (2009) sobre a permanência enquanto duração no tempo do curso, uma vez que, ao conciliar estudo e trabalho, muitos estudantes trancam períodos letivos, o que retarda a conclusão do curso no tempo adequado.

Nessa perspectiva, a condição econômica é um fator real, atuante e mobilizador de sentimentos que causam sofrimentos nos estudantes pobres, ameaçando sua permanência na universidade (Portes, 2006). Manter-se ainda é um problema enfrentado por muitos estudantes, sobretudo indígenas e quilombolas, que saem de suas comunidades necessitando de recursos para aluguel, transporte, alimentação e demais despesas. Além disso, eles enfrentam problemas de saneamento básico e da segurança pública característicos das cidades maiores e dos bairros periféricos, que, via de regra, é onde passam a morar. Todos esses fatores adversos são decorrentes das péssimas condições econômicas, que angustiam os estudantes pobres e interferem em seu desempenho acadêmico.

Ainda que se reconheça a importância das políticas de assistência, cabe salientar sua insuficiência perante as necessidades e demandas dos públicos beneficiários das cotas. Sobre isso, a Política de Assistência Estudantil é mantida com recursos dos cofres públicos, previstos no Orçamento Geral da União. Na UFPA, a gestão da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é de competência da recém-criada Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes, anteriormente uma superintendência), responsável por "propor, acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes em conformidade com o PNAES" (UFPA, s.d.). Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016–2025 prevê a criação de estruturas institucionais e do Programa de Bolsas Acadêmicas de Ação Afirmativa (Proaf), que estabelece bolsas específicas para ações afirmativas dentro dos programas institucionais já existentes, como iniciação científica, extensão, cursos de línguas estrangeiras e estágios (UFPA, 2016).

Dentre os programas do Pnaes, pode-se citar a Bolsa Permanência e o Auxílio Moradia, ambos com processo de inscrição obrigatórios pelos sistemas Sisbo, do Ministério da Educação (MEC), além do Sigaest, da UFPA. Entretanto, como relataram os estudantes, o processo de inscrição é bastante burocrático, com a necessidade de envio de um grande número de documentos, que demandam internet estável e rápida — recurso nem sempre disponível. Essa conjuntura resulta, com frequência, na exclusão dos estudantes do processo.

Além disso, de acordo com a gestão superior, o orçamento para a assistência estudantil tem sofrido cortes significativos nos últimos anos, impactando consideravelmente a política de permanência

estudantil. Em muitas situações, a universidade precisa realocar verbas internas de outras áreas para suprir os recursos destinados aos estudantes. A UFPA tem um total de 55.501 discentes de graduação, destes, 41.969 são autodeclarados negros, incluindo cotistas e não cotistas, o que representa mais de 75% de seu corpo discente. Esse expressivo quantitativo demonstra a dimensão da demanda que a instituição busca atender.

> *Nós somos uma universidade muito pobre. A média de renda dos nossos estudantes é muito baixa. Em alguns cursos e alguns alunos, a bolsa é a renda da família. A gente meio que lida assim, cobre um santo e despe outro, escolhe o mais pobre dentre os pobres. Se a cesta básica é 550 e a bolsa é 400, não cobre a cesta básica. Como se manter com isso? (Entrevista gestor).*

Ademais, os relatos dos estudantes evidenciam que a impossibilidade de acompanhar a aceleração digital devido às limitações econômicas constitui um fator de exclusão dos programas de assistência estudantil. Ainda assim, esse processo também estimula uma mecanização, que é denunciada pelos estudantes:

> *Não faço parte de nenhum programa de assistência. Bem no início eu tentei, mas era muito burocrático, até pra anexar um documento é difícil, não aceitava PDF, que seria mais fácil. Preferi deixar quieto. Porque coisas que todos pensam que é simples, pra mim, é difícil. Não tinha um celular bom, até comprei um laptop de segunda, mas é muito devagar. Depois me inscrevi em dois editais na pandemia, foi menos burocrático, mas não fui chamada (RC estudante Licenciatura).*

Diante disso, percebe-se que os programas de assistência estudantil, embora constituam uma alternativa positiva para mitigar as preocupações com despesas básicas, ainda falham no atendimento às necessidades imediatas dos discentes. Consequentemente, a dificuldade de acesso a esses benefícios, enfrentada por muitos estudantes, torna a permanência na universidade repleta de percalços adicionais.

É a satisfação dessas necessidades básicas que permite ao estudante alcançar dimensões essenciais para uma formação universitária de qualidade, para a construção de sua identidade e para sua afirmação no mundo. Além disso, tal garantia assegura as condições necessárias para que ele possa usufruir dos benefícios escolares conquistados, mesmo em um contexto adverso (Portes, 2006).

Ademais, a permanência dos estudantes cotistas na universidade não se restringe ao acesso a recursos que simbolizam melhor condição material, mas envolve também outras dimensões institucionais, subjetivas e culturais que incidem diretamente sobre o sentimento de pertencimento e o empoderamento identitário. Tal empoderamento consolida-se, por exemplo, quando esses estudantes encontram representatividade em coletivos, docentes e componentes curriculares que legitimam suas origens e trajetórias, assim como quando constroem redes de apoio que lhes proporcionam suporte acadêmico e emocional.

Paralelamente, a permanência simbólica é atravessada por tensões, como situações de discriminação, de estigmatização, de isolamento e de violências diretas, que fragilizam sua percepção quanto aos fins do processo pedagógico e podem produzir insegurança em relação ao seu pertencimento na instituição. Quando questionados sobre violências, destacam-se o relato de um dos estudantes e a fala de um gestor durante entrevista:

> *Estão em todos os locais. Quando a gente é preto, mulher, LGBT, essas práticas sempre nos perpassam. Você se depara com uma sala de aula, onde dois ou três companheiros são negros e o resto tudo branco. Aí a gente vê o racismo, se cria o estigma sobre cotistas, que tem menos conhecimento, se cria este estigma. Entra por cotas negro e renda, essas violências perpassam nosso corpo, não estamos isentos. As pessoas negras são objeto de estudo, mas não somos os pesquisadores. Os pesquisadores preferem nos ver assim. Somos estudados, mas não somos os seres capazes de desenvolver os estudos. Não existem locais onde se sofre menos, a gente sofre cotidianamente (RC coletivos).*

> *Professores, faculdades que desconsideram isso e praticam mesmo o assédio. É presente. Assédio é uma verdade; postura homofóbica, racista é presente (Entrevista gestor).*

Inúmeras situações de racismo e outras formas de violência têm sido denunciadas, mas a universidade ainda carece de protocolos de apuração e responsabilização que sejam mais rígidos, ágeis e efetivos.

Em contrapartida, a valorização simbólica advinda da família e da comunidade — ao reconhecer o estudante como pioneiro no Ensino Superior — constitui importante fonte de motivação e resistência. Assim, a permanência simbólica se expressa na articulação entre reconhecimento, na afirmação identitária e no enfrentamento das barreiras culturais e sociais que historicamente marginalizaram esses sujeitos no espaço universitário.

O racismo epistêmico e a invisibilização de saberes

> *Estou no oitavo semestre, sou quilombola da Vila Umarizal, de Baião [município]. É uma vila bastante tradicional, e eu sou um ribeirinho que guarda muito a cultura ancestral. Eu sou uma exceção. Tenho o privilégio de poder fazer um curso tão elitizado [...]. Eu não quero continuar sendo uma exceção. Na minha sala, eu ouvi que não existia comunidade quilombola, que isso era invenção. Eu perguntei se o colega já tinha ido a uma e ele falou que não. As pessoas falam do que não conhecem (RC estudantes Medicina).*

Sobre essa dialética da permanência simbólica, os estudantes relatam situações marcadas pelo racismo que atravessa seus corpos dentro e fora da universidade, como o epistemicídio e a invisibilização de saberes dos seus grupos, além da deslegitimação dos seus modos de vida, o que afeta profundamente seu sentimento de pertencimento. Em seus discursos, evidenciam situações de preconceito velado que comumente vivenciam no cotidiano acadêmico.

Segundo Carneiro (2005), o epistemicídio se configura com a anulação e a desqualificação dos conhecimentos de povos subjugados, como negros e indígenas, pela produção da inferiorização intelectual e diversos mecanismos utilizados para deslegitimar essas populações como produtoras de conhecimento, além de deslegitimar sua capacidade cognitiva. As múltiplas expressões do epistemicídio e as estruturas persistentes da colonialidade revelam que o silenciamento das referências identitárias, dos modos de existir e das narrativas negro-africanas e ameríndias contribui para a continuidade da marginalização de seus conhecimentos, sujeitos, saberes e práticas, assim como da memória histórica brasileira. Essa realidade está claramente demarcada nos relatos dos estudantes.

> *A gente sente, percebe a diferença, o racismo. Na primeira aula, um professor falou que todo mundo tem que ir de calça, porque médico*

> *tem que passar imagem séria. Eu era o único de bermuda. Percebe também na formação de grupos. As pessoas querem te ensinar, eu nem tinha pedido ajuda, mas te explicam pra saber se você entendia, supondo que você não sabe. Tem racismo, não tem como negar (RC estudantes Medicina).*

Esses relatos denunciam o racismo epistêmico que se manifesta — velada ou explicitamente — e marca suas trajetórias no espaço acadêmico. Tais falas e atitudes externalizam relações de poder desiguais entre brancos, negros e indígenas, sejam estudantes ou docentes, reiterando práticas de epistemicídio, invisibilização de saberes de grupos minoritários e deslegitimação de seus modos de vida.

> *Eu sofri racismo, sofri discriminação. Os estudantes de Medicina são treinados pra ser competitivos, eu não, eu só quero meu REG mesmo. Então eles não te querem no grupo deles, não querem alguém que vai diminuir a nota deles. Eu tenho pouco conhecimento acadêmico, mas tenho vivência e vou aliando (RC estudantes Medicina).*

Como evidenciado nas narrativas dos discentes, o curso de Medicina tem um perfil marcadamente elitista, com predominância de estudantes brancos e economicamente privilegiados, que muitas vezes rejeitam — ainda que inconscientemente — aqueles que não se enquadram nesse padrão. Trata-se de uma estrutura que não foi concebida para acolher alunos oriundos de classes empobrecidas, o que talvez a torne um espaço particularmente propício a manifestações e comportamentos discriminatórios contra estudantes negros, indígenas e quilombolas ingressantes por meio de ações afirmativas. Tais atitudes excludentes, intensificadoras de violências simbólicas, geram sofrimento e inibem uma convivência acadêmica integrada e saudável em grupo. Essa realidade dialoga com a noção de "sucessão ou pós-permanência" proposta por Santos (2009), segundo a qual, se o estudante vivencia a universidade como uma experiência positiva e plena, as chances de ele desejar permanecer nesse ambiente aumentam significativamente, seja na pós-graduação ou em outros espaços dedicados à pesquisa e à produção científica.

Semelhante desafio enfrentam os estudantes indígenas, cuja cultura e ancestralidade são constantemente invalidadas pelo ambiente acadêmico. A universidade impõe uma adaptação compulsória a valores e preceitos hegemonicamente não indígenas, que se expressa tanto na estrutura curricular quanto na interdição do uso de suas línguas maternas em espaços universitários. Essa realidade evidencia a permanência do projeto colonial no cenário acadêmico, criando mais um obstáculo à sua permanência.

> *Nós povos indígenas sempre sofremos racismo. Quando a gente usa o cocar, as pulseiras, eu sempre sofro. Hoje eu venho ignorando [...]. Eu tenho dificuldade de falar português, porque não é minha língua materna, então quando a gente fala palavra errado, riem da gente. Recentemente tivemos parentes que sofreram racismo no Campus de Altamira. A gente considera que é onde mais tem racismo. Por usar nossos adereços, por falar nossa língua, por praticar outros tipos de apresentações indígenas (RC Coletivos).*

> *Tenho 43 anos, saí com 7 anos da minha comunidade. Nenhuma criança quer sair da sua casa com 7 anos. Eu não passei maus-tratos, mas foi difícil. Minha mãe é mulher negra de luta e muito sábia. Me ensinou e me incentivou muito. Eu continuei estudando, morando na periferia, passei num concurso pra agente comunitária de saúde; sou a única mãe da turma [...]. A turma foi muito receptiva. É muita*

> *vitória. Mas eu achei que não ia sobreviver nem ao primeiro semestre, mas tô aqui, no oitavo. Como eu já era uma pessoa com mais maturidade, eu via as coisas diferentes. Mas acho que pra outros é muito desgastante emocionalmente, porque o racismo é estrutural, existem professores mesmo que tratam com diferença [...]. A nossa presença é a oportunidade de pintar a universidade de povo. Porque, por mais que as pessoas digam que são sensíveis à causa, elas nunca vão entender o que significa ser quilombola como eu entendo (RC estudantes Medicina).*

Na narrativa da estudante de Medicina, percebe-se que, para uma mulher negra e quilombola, ocupar uma vaga por cotas em um curso historicamente destinado à elite — inicialmente masculina e branca, e ainda predominantemente branca — representa uma conquista extraordinária, tanto para ela quanto para sua comunidade. Contudo, essa trajetória é percorrida com intenso desgaste, uma vez que ela é mãe, trabalha e estuda simultaneamente. Observa-se que ela divide seu tempo entre os estudos, o emprego no serviço público e os cuidados com a criança. É evidente que a trajetória acadêmica de mulheres mães e trabalhadoras é consideravelmente mais árdua; exige-se delas — submetidas a uma tripla jornada (universidade, trabalho e maternidade) — o mesmo rendimento que se espera de estudantes sem filhos e sem a necessidade de trabalhar.

No entanto, o relato da estudante revela que, apesar de tudo, essas dificuldades não se traduzem em abandono de sua trajetória. Ela narra experiências e articula reflexões que demonstram como, mesmo nas adversidades, encontra elementos fortalecedores para seguir no caminho da permanência — único meio de superar a tripla jornada. Mas vai além: a forma como percebe e significa sua própria luta fortalece quem a escuta, efeito amplificado por sua profunda integração e identificação com sua comunidade.

Para Santos (2009), o "permanecer", em sua forma simbólica, necessita da obstinação do indivíduo em persistir cursando o Ensino Superior. Trata-se de uma persistência que acolha sua própria transformação, as trocas com os pares e o pertencimento a esse ambiente. A permanência, ainda que constantemente ameaçada pelas múltiplas adversidades — como ser mulher, negra, mãe e trabalhadora —, configura-se como um ato de resistência desses sujeitos, cujo objetivo fundamental é a conclusão de sua formação. Eles lutam, por meio de coletivos estudantis, contra o machismo, o racismo, o preconceito e a divisão de classes e, assim, fortalecem a si mesmos e a seus companheiros, criando espaços de resistência que funcionam como estratégia de permanência dentro da universidade.

Aquilombamento e a construção de espaços de resistências

O ato de aquilombar-se é aqui compreendido como um resgate histórico, político e cultural que valoriza os saberes ancestrais e as formas cotidianas de resistência do povo negro. Essa concepção dialoga com o pensamento de Nascimento (2018), para quem a união do povo negro já constitui um quilombo, não apenas como território físico, mas como espaço de fortalecimento coletivo desses grupos.

Observa-se a prática do aquilombamento nas falas dos estudantes cotistas quando coletivizam afetos e confrontam as hegemonias dominantes no espaço acadêmico. Essa dinâmica torna-se explícita no relato de integrantes de coletivos estudantis ao narrarem uma experiência vivida no curso de teatro:

> *Escutamos muitas denúncias com relação à escolha de atores principais nas práticas de montagem na Escola de Teatro. Os professores têm suas cartas marcadas, escolhem de acordo com um padrão de beleza, que, em geral, não é o corpo negro [...]. Em 2018, um professor fez blackface em alunos brancos, sendo que tinha negros na turma e pegou estudantes negros também pra fazer essa montagem. No mesmo dia já teve protestos, foi um escândalo, e isso ajudou a própria escola fazer discussões sobre racismo e negritude. Gerar a discussão. São casos que repercutiram na sociedade e acabou sendo positivo pra acentuar a nossa resistência (RC Coletivos).*

Em seu relato, o discente descreve como o racismo praticado por um docente — que sistematicamente excluía estudantes negros de montagens teatrais e recorria ao *blackface*, prática racista que consiste na pintura do rosto para caricaturar pessoas negras — desencadeou a revolta e a mobilização do corpo discente. Os estudantes organizaram protestos e denúncias que, por sua vez, tiveram um desfecho positivo: o currículo passou a ser questionado, gerando debates sobre racismo na Escola de Teatro da UFPA. É significativo notar, contudo, que, para que tais discussões fossem instauradas, foi necessária a ocorrência de um ato racista explícito por parte de um professor. Esse episódio suscita reflexões sobre a falta de representatividade no corpo docente, uma vez que, mesmo com a existência de políticas de cotas, persistem entraves à efetivação da Lei 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para autodeclarados pretos e pardos. Como aponta Lima (2023), observa-se que um dos mecanismos de burla a essa legislação tem sido a realização de concursos com oferta inferior a três vagas, excluindo, assim, a obrigatoriedade da reserva de cotas.

Dessa forma, os docentes negros permanecem sub-representados na universidade, limitando a representatividade para os discentes negros. A esse cenário, soma-se o fato de que professores brancos não sensibilizados com a questão racial frequentemente dificultam a formação antirracista dos discentes, seja pela restrição da bibliografia adotada nos cursos, seja pela prática de violências étnico-raciais, como o caso anteriormente mencionado. Essa realidade é explicitada no seguinte relato:

> *Eu lembro de um caso que me marcou [...] um momento de choque. Eu tive aula com um professor que já tem um histórico de violência, transfobia. Ele disse na sala que o filho dele não passou na UFPA, porque um cotista roubou a vaga do filho dele. Isso é um sintoma. Dentro de um curso que a gente não espera, que é Ciências Sociais (RC Coletivos).*

Nota-se que o racismo na universidade se manifesta em vários momentos, até mesmo na sala de aula, vindo de docentes, que, em regra, deveriam estar naquele lugar para compreender questões sociais diversas e, assim, acolher os discentes, inclusive fomentando debates que construam uma consciência política. Contudo, reproduzem discursos racistas ao propagarem narrativas distorcidas sobre as cotas. Aliás, é fundamental ressaltar que o aluno cotista não roubou a vaga de ninguém, uma vez que as cotas representam a reparação de um direito historicamente negado a populações sistematicamente marginalizadas.

Essa realidade, no entanto, transforma-se quando há docentes comprometidos com a equidade. Nesses casos, as trocas acadêmicas florescem e tornam a travessia universitária significativamente mais acolhedora.

> *Eu aprendi muito com minha turma e eles também vão aprendendo com a gente. Temos um professor maravilhoso, que faz a ciranda no início do curso, ele é muito lúdico e envolve os alunos. Ele é da atenção à saúde da família, é um trabalho muito bem feito (RC Medicina).*

A permanência se torna mais confortável quando esses estudantes encontram conforto, afeto e compreensão vindas de seus pares e assim constroem redes de apoio para fazer essa travessia de forma coletiva.

> *Uma colega de outra faculdade me acolheu na Medicina. Me abraçou, me colocou no grupo de estudantes e médicas negras do Brasil todo, e eu fui percebendo que não estava sozinha. Num curso elitista pra pobre e negro, é o diferencial; foi ficando mais leve. E eu continuo acolhendo os que eu posso, dando força etc. A dificuldade mesmo é com o conteúdo, é a parte mais difícil (RC Medicina)*

A experiência do aquilombamento permite o resgate coletivo e individual desses sujeitos que vivenciam o racismo cotidianamente, permitindo-lhes criar novos cenários e novas trajetórias significativas com perspectivas de futuro. O aquilombamento, representado pelos estudantes que formam diversos coletivos, articula-se criando estratégias de luta pela permanência.

> *Racismo a gente não aceita, isso unifica nossa luta com os diversos movimentos na universidade. A gente não tolera. Como no caso daquele professor que ia ser empossado. A gente resiste e fazemos resistência juntos (RC Coletivos).*

Segundo Silva e Santos (2024), o coletivo formado por esses novos sujeitos também se configura como uma estratégia para aperfeiçoar as políticas de ação afirmativas e de suas garantias para novos públicos. Nessa perspectiva, os discentes valorizam essa conquista, reconhecendo-a como fruto de luta coletiva, despertando como um compromisso com os próximos sujeitos que ingressarão na universidade.

Por esse motivo, é necessário que se amplie o número de vagas para alunos cotistas, uma vez que o acesso por meio das PAA consolida-se como uma conquista irreversível. Contudo, a permanência na universidade ainda representa uma travessia marcada por desafios para estudantes negros, indígenas, com deficiência, quilombolas e pessoas trans. Essa realidade exige um olhar mais atento e a implementação de estratégias políticas e institucionais efetivas, a fim de transformar essa jornada em uma experiência menos árdua e mais acolhedora.

Desse modo, o aquilombamento estudantil constitui uma estratégia de enfrentamento ao racismo e de fortalecimento identitário, reforçando o sentimento de pertencimento à universidade. Por meio dessa prática, os estudantes compartilham experiências e reivindicam coletivamente direitos historicamente negados nesse espaço, configurando uma forma de permanência simbólica, pois essa dinâmica não apenas consolida o vínculo com a instituição, como legitima saberes marginalizados e cria condições subjetivas essenciais para a continuidade das trajetórias acadêmicas. Mais do que resistência, o aquilombamento representa a construção de espaços coletivos que reafirmam memória, identidade e o direito de existir e prosperar em um ambiente tradicionalmente hostil às presenças negras.

Entre a escola pública e a universidade

> *Tem que ter mais vagas. Eu não conseguiria sem as cotas. Se a gente levar só pro esforço*

> *individual, a gente entra na meritocracia, por isso digo que é a soma dos dois: é individual e coletivo. Temos que brigar pelas cotas e brigar pela permanência. O Enem é um sistema injusto de ingresso, porque faltam vagas. Além disso, o estudante da escola pública não está preparado, o conteúdo não é dado no ensino médio. Com a pandemia, muitos da escola pública não tiveram aula e nem tentaram o Enem. É preciso pensar a relação da universidade com a escola pública (RC Coletivos).*

Nas narrativas dos discentes, a relação entre escola pública e universidade emergiu como tema de considerável relevância, uma vez que a presença de cotistas no Ensino Superior evidencia a conexão direta entre esses dois espaços. A maioria dos discentes que ingressam por meio de PPA construiu sua formação básica na rede pública, trajetória marcada por condições desiguais de acesso a recursos pedagógicos, infraestrutura e oportunidades educacionais — fatores que aprofundam as desigualdades acumuladas ao longo da educação básica. Não obstante, a escola pública também se configura como espaço de resistência e potencial de transformação, na medida em que assegura a democratização do ensino e viabiliza que filhos das classes populares acessem a universidade, ainda que em um cenário adverso.

Ao ingressarem na universidade, os estudantes cotistas carregam tanto as marcas das fragilidades estruturais da educação básica quanto a potência de terem construído sua escolarização em um espaço de diversidade social e cultural. Essa ambivalência faz com que a permanência no Ensino Superior não dependa apenas de recursos materiais, mas também da valorização das experiências e saberes oriundos da escola pública, muitas vezes desconsiderados em um ambiente universitário, que, historicamente, privilegiou referenciais eurocêntricos e elitizados.

Assim, compreender a trajetória dos cotistas implica reconhecer que a democratização da universidade está intrinsecamente vinculada ao fortalecimento da escola pública. É nesse movimento de travessia que se evidenciam tanto as desigualdades estruturais que dificultam a permanência quanto às estratégias de resistência e aquilombamento que os estudantes constroem, revelando a importância de políticas integradas que articulem educação básica e Ensino Superior como parte de um mesmo projeto social orientado pela justiça e pela inclusão.

Deve-se pensar que a educação pública mostra-se insuficiente com os(as) estudantes negros(as) vindos(as) da periferia e comunidades quilombolas, como evidenciam os relatos dos(as) estudantes quando dizem que uma das estratégias utilizadas para ingressar na universidade foi estudar em cursinho popular.

> *Eu fiz cursinho do Emancipa. São motivadores, animadores, trazem a noção de que existe possibilidade. Eu tive a oportunidade de dar aula de revisão de matemática no Emancipa e pude contar um pouco do que vivi e incentivar outros a seguirem seus caminhos. O Emancipa muda vidas, me colocou no trilho, me mostrou esse caminho de educação, de persistência, da luta. Eu tinha tentado Enem cinco anos. Eu não consegui sozinha, o Emancipa me deu suporte psicológico, além do conteúdo, o apoio de escuta é incrível (RC Licenciatura).*

Essa proposta de fortalecimento da educação básica integrava a pauta do Movimento Negro, quando a UFPA iniciou a discussão sobre as PAA no início dos anos 2000. A proposta inicial, que previa a reserva de 20% das vagas de todos os cursos para negros, uma vaga para indígenas da Amazônia Legal e uma para quilombolas, previa também ações de apoio às escolas públicas e oferta de cursos

pré-vestibulares para estudantes do ensino médio público, além de suporte pedagógico a docentes da educação básica para a implementação das determinações da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2011 (UFPA, 2005).

Devido ao racismo estrutural, essa proposta do Movimento Negro foi retirada e, após alguns anos, a UFPA aprovou cotas sociais baseando-se no critério principal do candidato ser estudante de escola pública com subcotas para estudantes negros. Quilombolas e indígenas foram excluídos da proposta, sendo incorporados apenas em 2010, por meio do Processo Seletivo Especial. De acordo com Silva (2022), toda decisão em relação às PAA na UFPA foi protagonizada por um racismo velado que permeou o processo de implementação.

A categoria travessia, tal como formulada por Bidima (1995), propõe um deslocamento epistemológico e ético que permite pensar o sujeito como aquele que se constitui em movimento, no entre-lugar das experiências e das relações. A travessia não é mero deslocamento físico ou temporal, mas um processo ontológico de reconfiguração de si diante do outro e do mundo. Assim, quando aplicada ao campo da educação superior, a travessia ilumina o modo como estudantes ingressantes pelas políticas de cotas reconstroem seus modos de ser, de pensar e de existir no espaço universitário.

Nesse sentido, o ingresso pela via das ações afirmativas inaugura, para muitos desses sujeitos, uma experiência inédita: estar em um espaço historicamente reservado às elites, no qual suas presenças questionam as fronteiras simbólicas da universidade e exigem uma reinterpretação dos critérios de pertencimento e legitimidade do saber. A travessia, portanto, produz sentidos de permanência que extrapolam a dimensão institucional, alcançando o campo da subjetividade e da cultura.

Considerações finais

Ao analisar a trajetória das PAA na UFPA, observa-se que sua implementação foi marcada por intensos embates entre o Movimento Negro e o Conselho Superior. Esses conflitos resultaram, por exemplo, na retirada da proposta inicial que previa a reserva de 20% das vagas para estudantes negros, bem como a criação de vagas específicas para indígenas e quilombolas. Assim, a UFPA optou por adotar o critério da escola pública como base das cotas, estabelecendo dentro dele subcotas voltadas a outros grupos sociais.

Este estudo desloca o olhar para os desafios da permanência dos discentes cotistas, que enfrentam obstáculos diversos, atravessados sobretudo pelo racismo, manifestado em múltiplas formas: epistemicídio, deslegitimação dos modos de vida e práticas culturais, além de violências cotidianas. Somam-se a isso as fragilidades da permanência material, como a escassez de recursos destinados ao apoio estudantil, a burocratização dos processos de acesso às bolsas e a insuficiência de políticas estruturadas de acolhimento.

As narrativas evidenciam que a trajetória desses estudantes transcende a conquista do acesso à universidade, exigindo contínua resistência frente às barreiras impostas pelo cotidiano acadêmico. Como estratégia de enfrentamento, destaca-se o aquilombamento, construído por meio do engajamento no movimento estudantil e da formação de coletivos de resistência, que tecem redes de apoio e afeto para fortalecer a luta contra as múltiplas formas de opressão.

Na esteira do debate da permanência dos estudantes cotistas na universidade, a pesquisa nacional "Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros (Heringer e Carreira, 2022) defende, acertadamente, a necessidade de ampliar a

concepção de permanência, de modo a incluir no escopo das políticas institucionais de atenção aos estudantes ingressos pelas PAA estratégias que garantam recursos materiais (bolsas, auxílios financeiros e estrutura material), políticas de acolhimento, escuta, atenção à saúde mental e respeito às necessidades e demandas dos públicos e grupos diversos. A permanência precisa, ainda, incorporar a simplificação dos processos e exigências burocráticas, melhorar o fluxo e estratégias de comunicação e informação e adequá-los às necessidades dos diferentes públicos. Vê-se como fundamental a transformação curricular e ruptura epistemológica que incorpore, valorize e dê centralidade aos conhecimentos, saberes e características culturais dos diferentes grupos, povos e sujeitos que adentram à instituição e que tem padecido da falta de representatividade e deslegitimação de seus conhecimentos, cultura e modos de vida. Além disso, é necessário garantir a inserção de fato, isto é, criar estratégias para enfrentar a exclusão por dentro das instituições, combater o racismo institucional e os constantes casos de racismo direto enfrentado pelos grupos da diversidade, criando protocolos mais efetivos de apuração, combate e responsabilização dos agentes.

A análise revela que a permanência de estudantes cotistas na universidade constitui um processo multidimensional que transcende a simples assistência financeira. Embora a dimensão material seja fundamental, incluindo auxílios, bolsas e moradia, a pesquisa demonstra que os maiores desafios situam-se nas estruturas simbólicas e institucionais da academia.

Esta série de elementos citados mostra alguns dos grandes óbices à permanência de estudantes cotistas, demonstrando que parece mais fácil mudar as normativas do que a cultura institucional.

Ainda falando sobre permanência e considerando que cada conquista de direito abre caminho para uma nova, é importante refletir sobre as cotas na pós-graduação como uma continuação do mesmo debate das PAA. Na verdade, pode-se enxergar isso como um passo importante para avançar nessas políticas, reduzir as desigualdades e ampliar o acesso à universidade de forma mais democrática. São desafios que precisam ser enfrentados ao mesmo tempo. O que acontece é que as cotas na pós-graduação ainda enfrentam os mesmos problemas das cotas na graduação: muitas vezes, há diferentes regras ou nenhuma regra definida, além de uma baixa institucionalização, o que faz com que a implementação dessas cotas dependa do interesse dos programas de pós ou até mesmo da vontade individual de cada professor em oferecer ou não vagas.

Além disso, a ampliação das cotas para a pós-graduação configura-se como um desdobramento essencial das PAA, fundamental para aprofundar a democratização do acesso à produção de conhecimento. No entanto, essa expansão repete e intensifica desafios já observados na graduação: a implementação é marcada por regras fragmentadas, baixa institucionalização e dependência da adesão voluntária de programas e docentes, resultando em aplicação inconsistente que contradiz o princípio da equidade que fundamenta tais políticas.

Por fim, é imprescindível refletir sobre a relação da universidade com a educação básica, que antecede o ingresso desses sujeitos no Ensino Superior, uma vez que, historicamente, tem falhado em oferecer condições equitativas de formação para jovens oriundos das periferias, o que também é um elemento para o sucesso da política de cotas.

A inserção da travessia como categoria filosófica e pedagógica permite compreender a permanência universitária para além de um indicador de gestão

ou de um dado estatístico. Ela se revela como um processo de formação humana, um movimento que articula subjetividade, cultura e política. O estudante que atravessa os portões da universidade pela via das ações afirmativas realiza um gesto individual e coletivo profundamente simbólico: inaugura a presença de outras histórias, outros corpos e outras epistemologias em um espaço que historicamente se estruturou pela exclusão. Os novos grupos e sujeitos outros se refazem nas novas relações e refazem o próprio ambiente universitário, que, a despeito de ser carregado de tensões, é também pleno de possibilidades criativas. A cada passo, o sujeito que o atravessa inventa modos de ser e de permanecer, produzindo novos sentidos para a própria ideia de universidade.

Referências

Bidima, J. G. (1995). *La Philosophie Négro-Africaine.* Paris: Presses Universitaires de France.

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Godoi, M. S.; Santos, M. A. (2021). Dez anos da Lei Federal das Cotas Universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, *58*(229), 11-35. https://doi.org/10.70015/ril_v58_n229_p11

Correio Braziliense. (2012, 10 de setembro). Sistema de cotas não prejudicará qualidade do ensino. *Correio Braziliense*, p. 1.

G1. (2012, 26 de abril). STF decide, por unanimidade, pela constitucionalidade das cotas raciais. *G1 Educação*, p. 1.

G1. (2018, 24 de outubro). Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'. *G1 Política*, p. 1.

Heringer, R. (2022). Permanência estudantil no Ensino Superior Público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. *Cadernos de Estudos Sociais*, *37*(2), 55-76. https://doi.org/10.33148/CES(2143)

Heringer, R.; Carreira, D. (Org.). (2022). *10 anos da lei de cotas:* conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Ação Educativa.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Fonaprace. (2019). *Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis*. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília, DF: Fonaprace.

Lima, L. P. (2023, 14 de setembro). Falta de docentes negros e bibliografia branca prejudicam a formação antirracista na licenciatura. *Jornal da USP*, p. 1.

Mbembe, A. (2017). *Crítica da Razão Negra.* Lisboa: Antígona.

Nascimento M. B. (2018). Historiografia do Quilombo. In: M. B. Nascimento (Org.) *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição* (pp. 125-149). São Paulo: Filhos da África.

Portes, É. A. (2006). Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, *87*(216), 220-235. https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.87i216.796

Santos, D. B. R. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Silva, L. I. (2022). Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros – Estudo de caso da UFPA. In: R. Heringer; D. Carreira (Org.). *10 anos da lei de cotas: conquistas e perspectivas* (pp. 69-145). Rio de Janeiro: Ação Educativa.

Silva, L. I.; Santos, M. S. (2024). O papel dos estudantes e seus coletivos no aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas: questões e reflexões. *Pontos de Interrogação*, *14*(3), 91-110. https://doi.org/10.30620/pdi.v14n3.p91

UFPA. (2005). *Ata da terceira sessão extraordinária do Com selho Superior de Ensino e Pesquisa – 2005b.* Belém: UFPA.

UFPA. (2016). Resolução n. 748, de 22 de dezembro de 2016, aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará, 2016 - 2025. Belém: UFPA.

UFPA. (2024). *Edital nº 05 – COPERPS, de 04 de outubro de 2024. Processo Seletivo 2025 – PS 2025.* Belém: UFPA.

UFPA. (s.d.). *Superintendência de Assistência Estudantil*. Belém: UFPA. Recuperado em: https://ufpa.br/orgaos/superintendencia-de-assistencia-estudantil/.

Recebido em 18/09/2025. Aprovado em 30/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.